

**AÇÕES DE FORMAÇÃO PARA PROFESSORES
DE ACORDO COM O REFERENCIAL DE EDUCAÇÃO PARA O RISCO DOS ENSINOS PRÉ-ESCOLAR,
BÁSICO (1.º, 2.º E 3.º CICLOS) E SECUNDÁRIO**

Luciano Lourenço

Departamento de Geografia e Turismo, NICIF, CEGOT e RISCOS
Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra (Portugal)
ORCID 0000-0002-2017-0854 luciano@uc.pt

145

A realização de Ações de Formação sobre Riscos, destinadas a Professores, tem sido um objetivo que a RISCOS tem vindo a perseguir, sobretudo após a publicação do Referencial de Educação para o Risco (RERisco), mas que tarda em concretizar-se, apesar dos sucessivos passos que têm vindo a ser dados no sentido de alcançar esse desiderato. Estamos mais próximos desse objetivo, mas, enquanto não for conseguido, entendemos aproveitar a realização do XII Encontro Nacional de Riscos para dar início a esse tipo de formação.

Para esse efeito, tendo em conta que a RISCOS ainda não é uma entidade certificada pelo CCPFC, contactámos o Centro de Formação de Professores da Ria Formosa, da associação das escolas dos concelhos de Faro e Olhão, que se disponibilizou a realizar um conjunto de ações em parceria com a RISCOS.

Ora, a fundamentação para a realização deste tipo de ações de formação, por parte da RISCOS, decorre do facto desta Associação dispor de formadores especializados em matérias relacionadas com o Referencial de Educação para o Risco (RERisco), que, como é sabido, foi produzido na sequência de um protocolo de colaboração, por uma equipa interdisciplinar, constituída por elementos da Direção-Geral da Educação (DGE) e da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), do Ministério da Educação e Ciência, e da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), do Ministério da Administração Interna, tendo sido aprovado por despacho do Senhor Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário, a 28 de julho de 2015.

Estas instituições têm por missão, designada e respetivamente:

- [...] assegurar a concretização das políticas relativas à componente pedagógica e didática da educação pré-escolar, dos ensino básico e secundário e da educação extraescolar [...];
- [...] cooperar com outros serviços, organismos e entidades em matéria de educação e promover, coordenar e acompanhar a prevenção e intervenção na área da segurança escolar, bem como, conceber, organizar e executar as medidas de prevenção do risco, segurança e controlo da violência das escolas [...];
- [...] planejar, coordenar e executar a política de proteção civil [...].

Por outro lado, este tipo de formação deve ter como foco o conceito de risco, enquanto probabilidade de ocorrência de um perigo, de origem natural ou de origem antrópica, que se pode traduzir em prejuízos ou danos em pessoas e bens, ou seja, que deve ser tratado numa perspetiva de Educação e de Proteção Civil.

Acresce que este referencial constitui um documento orientador para implementação desta área científica no Ensino, desde a Educação Pré-Escolar, aos Ensinos Básico e Secundário, em conformidade com o estipulado no Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, posteriormente alterado, entre outros, pelos Decreto-Lei n.º 91/2013, de 10 de julho, e Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho. Todos estes diplomas se propõem contribuir para a concretização da Educação para o Risco, no quadro da Educação para a Cidadania e Desenvolvimento, quer na sua dimensão transversal, quer na realização de projetos e iniciativas que contribuam para a formação pessoal e social dos alunos e, ainda, na oferta de componentes curriculares complementares, nos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, através da oferta a todos os alunos da componente da Cidadania e Desenvolvimento, de acordo com a alínea i) do n.º 2, do Artigo 6.º, do Decreto-Lei 55/2018.

Na elaboração do referencial houve a preocupação de não constituir um programa prescritivo, mas sim a de produzir um guia orientador, uma vez que ele contempla uma abordagem técnico-pedagógica que estabelece a ponte necessária entre a comunidade e a escola, objetivo primordial no contexto da Educação para a Cidadania e Desenvolvimento, constituindo-se assim como um instrumento orientador do desenvolvimento da Educação para o Risco nos diversos espaços em que, na escola, esta componente do currículo se pode concretizar. Entre outros aspetos, pode ser utilizado e adaptado em função das opções a definir em cada contexto, designadamente como instrumento de orientação e de apoio que, no âmbito da autonomia de cada estabelecimento de ensino, enquadre as práticas a desenvolver no respeito pelos Programas e Metas Curriculares das disciplinas.

Como os docentes sentem alguma dificuldade na lecionação e aplicação desta matérias, por não as terem trabalhado durante a sua formação, a RISCOS entendeu facilitar-lhes essa tarefa, começando por promover ações de Formação no Algarve (fig. 1), com vista a sensibilizar os Docentes da Educação Pré-Escolar, do

Ensino Básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos) e do Ensino Secundário da Região, para as questões relacionadas com os riscos, designadamente em termos de:

- i. Identificação dos conceitos de risco: natural, antrópico e misto, bem como dos respetivos subtipos;
- ii. Apresentação genérica dos conteúdos, constantes do RERisco, sobre riscos naturais, antrópicos e mistos, bem como sobre as respetivas causas e os principais efeitos e, ainda, a localização das áreas geográficas mais suscetíveis a cada tipo de risco;
- iii. Conhecimento dos comportamentos de prevenção, por forma a promover a aquisição de hábitos de segurança, com vista à minimização do risco;
- iv. Aplicação das medidas de autoproteção apropriadas a cada situação em que haja manifestação de risco.

Esta formação visa, ainda, criar condições para a capacitação de docentes no âmbito do Referencial de Educação para o Risco, consciencializando-os para a problemática dos riscos, no contexto de uma cidadania ativa, tornando-os capazes de formar cidadãos solidários e conscientes em matéria de proteção e socorro, contribuindo assim para a promoção, na sociedade portuguesa, de uma cultura estratégica de segurança, o que passa por lhes:

- i. Ministrarem uma componente técnica e científica sobre riscos;
- ii. Inculcirem a necessidade de promoverem ações de informação pública que motivem os alunos para a adesão a projetos que aumentem a sua preparação para situações de emergência;
- iii. Dar a conhecer medidas de autoproteção adequadas aos diferentes tipos de risco, de modo a que os alunos as saibam aplicar em caso de manifestação de riscos.

Com estes objetivos, está prevista a realização de três *curios de formação*, respetivamente sobre:

1. INIRIS - *Iniciação aos Riscos* inicialmente previsto para 26 de janeiro, decorreu a 23 de fevereiro de 2019;
2. RMIF - *Riscos mistos: Incêndio florestal* (9 de fevereiro de 2019);
3. ENRS - *Encontro Nacional sobre Risco Sísmico* (27 de abril de 2019),

e, além destes três cursos, também está prevista a realização de uma

4. *Oficina de formação*, que naturalmente aproveita e integra estes três cursos e, também, a respetiva TPD - *Transposição pedagógico-didática* para as Escolas (11 de fevereiro a 5 de abril);

Esta transposição para as Escolas, passará por:

1. Pesquisa e recolha de informação por parte dos estudantes da turma, previamente distribuídos por



Fig. 1 - Reprodução do cartaz de divulgação.

Fig. 1 - Reproduction of the publicity poster.

grupos, em que cada um deles trata um dos temas seguintes que, no conjunto, permitem a análise dos principais riscos que podem afetar a região algarvia.

2. Concepção e elaboração de posters pelos estudantes da turma.
3. Realização de uma exposição na Escola, para celebração de um Dia Mundial/Nacional significativo como, por exemplo, da Proteção Civil (1 de março), da Floresta (21 de março), da Água (22 de março), ou de ... para apresentação e explicação dos posters à comunidade escolar.
4. Entrega do poster na Escola Secundária João de Deus, em Faro (26 de Abril) e participação na exposição de posters, a decorrer durante o XII Encontro Nacional de Riscos, 27 de abril.
5. Avaliação (entre 28 de abril e 15 de maio), através da elaboração de um breve relatório crítico sobre a avaliação da oficina, demonstrando não só a coerência dos objetivos da ação com as competências desenvolvidas, mas também a da metodologia de ensino com os objetivos de aprendizagem da oficina de formação, apontando, ainda, os seus pontos fortes e os pontos fracos.

Na expectativa de que estas ações de formação possam vir a ser muito participadas e, por conseguinte, possam também marcar um auspicioso início desta nova atividade da RISCOS, estamos certos de que elas darão um importante contributo e um forte impulso à Educação para a Redução do Risco.